

# PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## Comissão Permanente de Licitação

### Lei Orçamentária Anual

SIGLA	ÓRGÃO	TITULAR	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
<b>CPL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Administração Direta</li><li>• Vinculado ao Chefe do Poder Executivo</li><li>• Compõe, juntamente com a SCS, SG, PGM, o Nível de Apoio à Formulação Política e de Controle.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Thais Dias Oliveira</li><li>• Presidente</li><li>• Ordenadora de Despesas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secretaria Executiva</li><li>• Assessoria Jurídica Local</li><li>• Assessoria de Programação e Acompanhamento</li><li>• Departamento Técnico</li><li>• Unidade de Execução Instrumental</li></ul>
<b>Legislação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001</li><li>• Decreto nº 7.245, de 04 de janeiro de 2002</li><li>• Lei nº 10.214, de 27 de maio de 2002</li><li>• Decreto nº 7.957, de 27 de agosto de 2003</li><li>• Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005</li><li>• Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008</li><li>• Decreto nº 7.485, de 02 de agosto de 2002</li><li>• Decreto nº 7.596, de 25 de outubro de 2002</li><li>• Resolução nº 071, de 15 de maio de 2013</li></ul>		

#### ▣ Atribuições

▣ Planejar, em conjunto com os demais órgãos e entidades da Administração Municipal, a dinâmica anual de contratações demandadas;

▣ Utilizar, preferencialmente, o sistema de registro de preços nas contratações mais comuns da Administração Direta e Indireta;

▣ Constituir registro de preços e organizar instrumentos como o Cadastro Padronizado de Objetos, Tabela de Acompanhamento de preços de Mercado para facilitar os procedimentos das contratações da Administração Municipal;

▣ Processar a fase externa das licitações, submetendo os respectivos julgamentos à homologação e adjudicação do titular do órgão ou entidade promotor do certame;

▣ Aprovar, após verificação de preços de mercado, as dispensas de licitação demandadas pela Administração Direta, quando enquadradas nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993;

▣ Disciplinar tecnicamente as licitações em sua fase interna, a ser levada a cabo pelos órgãos e entidades de origem;

▣ Garantir a compatibilidade com o valor de mercado das contratações da Administração Direta e Indireta, sejam elas precedidas ou não de licitação;

▣ Definir, com base na estratégia de contratações da Prefeitura de Juiz de Fora, entre a utilização de procedimentos convencionais de licitação, pregão eletrônico ou pregão convencional, quando admitidos pelas normas gerais de licitações e contratos;

▣ Emitir parecer prévio acerca dos convênios ou outros atos negociais análogos, em que seja previsto repasse de verbas da Administração Direta ou Indireta Municipal, assim como nas dispensas e inexigibilidades de licitação, submetendo os respectivos processos à homologação do titular do órgão ou entidade adquirente;

▣ Aprimorar e dinamizar os procedimentos de licitação e contratações diretas do município, inclusive editando as normas necessárias a tanto;

▣ Comunicar ao Chefe do Poder Executivo, ao órgão de Controle Interno da Administração Municipal e à Procuradoria Geral do Município - PGM todos os indícios de possíveis ilícitos criminais que cheguem ao seu

conhecimento, constituindo grave infração funcional a omissão ou o retardo nesta providência.